

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA**

**YURI DE CASTRO SOUZA**

**EXECUÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR  
DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19: ESTUDO DE CASO EM UMA  
COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR**

**VIÇOSA – MINAS GERAIS  
DEZEMBRO, 2022**

**YURI DE CASTRO SOUZA**

**EXECUÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR  
DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19: ESTUDO DE CASO EM UMA  
COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR**

Pesquisa final apresentada ao Curso de Cooperativismo da Universidade Federal de Viçosa, como exigência da disciplina ERU 499 - Trabalho de Conclusão de Curso

Aluno: Yuri de Castro Souza

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Luana Ferreira dos Santos

**VIÇOSA – MINAS GERAIS  
DEZEMBRO, 2022**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL  
COOPERATIVISMO**

**Execução do programa nacional de alimentação escolar durante a pandemia da  
COVID-19: estudo de caso em uma cooperativa da agricultura familiar**

**RESUMO**

O cenário pandêmico em que o mundo se inseriu no início de 2020 instaurou-se como um fenômeno que modificou as dinâmicas de comercialização dos agricultores familiares que acessavam o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A dinâmica do programa, no período de pandemia, se deu a partir da distribuição de kits alimentares para os alunos matriculados na rede pública de ensino. Os agricultores familiares e suas organizações já enfrentavam problemas relacionados a execução do programa e, com a pandemia, se depararam com um cenário de incertezas e de modificações. Diante desse quadro, surge a seguinte questão: como ocorreu a execução do PNAE por uma cooperativa da agricultura familiar em período pandêmico de suspensão de aulas presenciais? A partir disso, o presente trabalho visa compreender como a Cooperativa dos Produtores e Produtoras da Agricultura Familiar Solidária (COOPAF) se organizou para execução do programa diante do cenário da pandemia da Covid-19 e de modificações no programa. Metodologicamente, trata-se de um estudo de caso, de natureza qualitativa, que se utilizou de entrevistas semiestruturadas com dirigentes da cooperativa e análise das chamadas públicas referente ao PNAE, visando compreender a execução do programa durante o período de pandemia e se os papéis assumidos pela cooperativa contribuíram para continuidade do programa. Portanto, conclui-se, através da pesquisa, que a COOPAF cumpriu um papel fundamental frente as modificações ocorridas no PNAE, que possibilitou a continuidade do programa, garantido o escoamento dos produtos e a geração de renda para seus cooperados.

**Palavras-chave:** PNAE; agricultura familiar; cooperativismo; pandemia.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	1
2. REVISÃO DE LITERATURA.....	4
3. METODOLOGIA .....	8
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	9
4.1. DESCRIÇÃO DA COOPAF E DA SUA TRAJETÓRIA NO PNAE .....	9
4.2. EXECUÇÃO DO PNAE DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19 NA COOPAF 12	
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	18
6. REFERÊNCIAS.....	20

## 1. INTRODUÇÃO

A Covid-19, considerada pela Organização das Nações Unidas (ONU) uma doença infecciosa causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, surgiu no final de 2019 na cidade de Wuhan na China e se expandiu pelo mundo. No início de março de 2020, a Covid-19 foi caracterizada pela ONU como uma pandemia e, rapidamente, países adotaram medidas de prevenção contra a propagação do vírus (Organização Pan-Americana da Saúde, OPAS, 2020). Diante deste novo cenário, o Brasil adotou medidas como o de distanciamento social, que, conseqüentemente, culminou na interrupção de algumas atividades, incluindo a suspensão das aulas presenciais na rede pública de ensino, que precisaram ser ajustadas.

Conforme o relatório da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO, 2020), na América Latina e no Caribe, a paralisação das aulas presenciais durante esse período afetou aproximadamente 85 milhões de estudantes. No Brasil, com a interrupção das aulas presenciais, emergiu-se um novo cenário de reorganização das atividades cotidianas e também atividades essenciais, envolvendo também a preocupação em torno da continuidade do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

O PNAE, o maior programa de alimentação escolar do país, é uma política pública gerenciada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que garante a alimentação adequada e saudável nas escolas, e tem como objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e estimular hábitos saudáveis aos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram suas necessidades durante o tempo na escola (FNDE, 2022).

O PNAE tem origem no início da década de 1940 no Brasil (FNDE, 2022) e sofreu várias mudanças ao longo do tempo, importando aqui tratar neste trabalho a reconfiguração da política pública para contemplar a agricultura familiar. Isso ocorreu com a promulgação da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, determinando que, do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (BRASIL, LEI N. 11.947/2009).

Esta Lei é um elemento essencial no que diz respeito à garantia da alimentação escolar e da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) dos alunos de escolas da rede pública de ensino no Brasil (MOREIRA *et al*, 2021). Para Leite (2022), a SAN consiste na garantia do direito de

todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem que isto comprometa o acesso a outras necessidades, e que ainda, essas práticas alimentares sejam promotoras de saúde e que respeitem a diversidade cultural e que sejam sustentáveis na perspectiva ambiental, cultural e econômica.

Além disso, o programa, que visa garantir também a garantia da alimentação adequada aos alunos, cumpre papel fundamental no processo de aprendizagem nas escolas. De acordo com Instituto Cidadania/Fundação Djalma Guimarães (BRASIL,2001), suprir as necessidades nutricionais da criança melhora a capacidade de aprendizagem.

A paralisação das aulas e das compras dos produtos destinados à alimentação escolar, realizadas por intermédio PNAE, afetaram não só os alunos, mas também os agricultores familiares que acessavam este mercado institucional. O PNAE, além de ser uma garantia alimentar para os alunos, é um importante mercado de acesso dos agricultores familiares e de suas organizações. Como forma de mitigar os impactos da pandemia sob o programa e assegurar continuidade na distribuição de refeições aos estudantes durante a suspensão das aulas, as compras de alimentos advindos da agricultura familiar ou de suas organizações constitui uma medida fundamental para o fornecimento da alimentação adequada e saudável aos estudantes e também para o escoamento da produção e a geração de renda para os agricultores familiares (GURGEL *et al*, 2020).

As compras públicas da agricultura familiar via PNAE, regulamentadas pela Lei nº 11.947/2009, têm como objetivo contribuir para a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos e fortalecer a agricultura familiar (FNDE, 2022). Com a paralisação das compras, os agricultores familiares que viam no Programa uma forma de inserção no mercado e uma garantia de renda também foram afetados. Pereira *et al* (2020, p.63276) realçam que “as compras dos alimentos da agricultura familiar com recursos do PNAE já demonstravam dificuldades antes da pandemia, pela dificuldade na organização e documentação dos agricultores, na logística de entrega e falta de articulação entre os atores que executam o programa”.

No período da pandemia da Covid-19 em as aulas presenciais foram suspensas, foi publicada a Lei nº13.987, de 7 de abril de 2020, que autorizou, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do PNAE aos pais e responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica (BRASIL, LEI Nº 13.987/2020). A partir da execução desta Lei, algumas dificuldades foram potencializadas, já que os agricultores familiares precisaram se reorganizar para atender

os critérios de <sup>1</sup>distribuição dos kits aos estudantes, incluindo etapas que antes não estavam previstas nos contratos de aquisição, como a separação e embalagens dos alimentos e a questão da distribuição, tendo a preocupação com aqueles alimentos perecíveis (PEREIRA *et al*, 2020).

Além disso, as chamadas públicas para a aquisição de alimentos da agricultura familiar, que antes eram realizadas de forma presencial, na pandemia, puderam ser realizadas de maneira remota (FNDE, 2022). Silva *et al* (2020) destacam que, apesar de ter sido uma mudança que visava garantir a continuidade do PNAE, tal medida pode ter acarretado em dificuldades para os agricultores familiares participarem das chamadas, sobretudo na limitação do acesso à internet e na obtenção de informações acerca das chamadas públicas.

A publicação da Lei n.º 13.987/2020, referente ao programa, alterou a Lei 11.947 de 2009 acrescentando o Artigo 21, que se trata, em caráter excepcional, da distribuição dos alimentos aos pais e responsáveis dos estudantes contemplados pelo PNAE. Nesse cenário, surgem novos desafios tanto para os agricultores familiares quanto para suas organizações associativas e cooperativas, para conseguirem acessar e atender à demanda do PNAE neste novo formato. Apesar do acesso a esse mercado institucional apresentar diversos benefícios para a agricultura familiar, ainda existem dificuldades enfrentadas no acesso e no atendimento às demandas desse mercado, sendo que algumas dessas dificuldades já aconteciam independentemente do contexto pandêmico.

Por exemplo, Costa (2015) relata que, apesar do PNAE ser uma oportunidade de comercialização, a logística de distribuição dos alimentos é complexa, e os padrões exigidos dos produtos dificultam ou impossibilitam o acesso pelos empreendimentos de agricultura familiar. Além disso, os fatores burocráticos, licitatórios e o atendimento aos padrões de qualidade estabelecidos do produto e a falta de diálogo entre os atores envolvidos no Programa dificultam o acesso dos agricultores a esse mercado (TRICHES; SCHNEIDER, 2010).

Devido a essas dificuldades para acessar o PNAE, os agricultores têm se organizado em formato de cooperativas e associações, que, se bem estruturadas, atuam como elos articuladores para a efetividade do Programa. Esses empreendimentos podem contribuir para a dinamização do acesso ao PNAE, assumindo um papel importante na organização de demandas no processo de comercialização, e estreitando o relacionamento com os demais atores implementadores da política pública (MOREIRA *et. al* 2021).

Considerando os elementos abordados acerca da execução do PNAE em contexto da pandemia da Covid-19 e do papel desempenhado pelas organizações associativas e

---

<sup>1</sup>A escolha do tema pesquisado se deu pelo fato do desenvolvimento de atividades com agricultoras/res familiares durante a graduação e da proximidade do autor com o tema por meio do Grupo de Estudos em Políticas Públicas da Agricultura Familiar (GEPPAF) e da Incubadora Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP/UFV).

cooperativas, o presente trabalho se orienta pela seguinte questão: como ocorreu a execução do PNAE por uma cooperativa da agricultura familiar em período pandêmico de suspensão de aulas presenciais? Logo, tem-se como objetivo geral compreender a execução do PNAE pela Cooperativa dos Produtores e Produtoras da Agricultura Familiar Solidária (COOPAF), durante a pandemia, tendo como ponto central o acesso ao programa frente às particularidades deste contexto. Nesse sentido buscou-se identificar as dificuldades encontradas e como o formato organizacional da cooperativa pode ter contribuído para melhor execução do programa neste período.

Além desta introdução, o trabalho apresenta uma revisão de literatura com o estado da arte a respeito de pesquisas que analisaram o PNAE em contexto pandêmico ou não. A metodologia detalha os procedimentos para a realização do estudo de caso. A análise dos resultados evidencia os principais achados. Já as considerações finais apresentam as contribuições do estudo, assim como limitações e sugestões de pesquisas futuras.

## **2. REVISÃO DE LITERATURA**

Nesta seção, são apresentados estudos de diferentes abordagens que dialogam e podem contribuir com o tema de pesquisa sobre a temática da agricultura familiar, cooperativismo e mercado institucionais, especificamente do PNAE e sua execução, dando maior ênfase durante o período da pandemia da Covid-19. Ressalta-se também a carência de estudos sobre como as cooperativas vêm atuando no programa durante o período de pandemia, principalmente pelo formato do programa no contexto de suspensão das aulas presenciais na rede pública de ensino.

Primeiramente, no que diz respeito ao papel das cooperativas e suas potencialidades para atuar como ferramenta facilitadora do processo de operacionalização do PNAE, Moreira *et al.* (2021), a partir de um estudo realizado em cinco municípios mineiros – Juiz de Fora, Belo Horizonte, Montes Claros, Uberlândia e Governador Valadares – objetivou evidenciar os papéis assumidos por cooperativas e associações nesta operacionalização e os desafios enfrentados neste processo os principais desafios identificados no estudo foram a baixa proximidade e articulação entre os agricultores, gestores públicos locais, e representantes das cooperativas e associações.

As aquisições da agricultura familiar assumem um papel relevante no âmbito do PNAE, pois, para a execução do mínimo de 30% das compras de produtos advindos dessa categoria de produtores, essas aquisições são formas de estimular as capacidades sociais para que as organizações da agricultura familiar e os agricultores familiares possam ser protagonistas de iniciativas sustentáveis. Sendo assim, as associações e as cooperativas são essenciais na

articulação da política pública, principalmente pela possibilidade de atuar na realização de articulações sociais e políticas, como também nas distintas formas de atuação nos processos de mediação comercial, monitoramento e organização produtiva, representação política e relação institucional (CUNHA *et. al* 2017).

Cunha *et al.* (2017) mensuram distintos desafios encontrados por organizações da agricultura familiar, sendo os principais desafios organizacionais ligados à logística de distribuição dos alimentos, ao planejamento financeiro, ao acesso a crédito e à fidelização dos cooperados; já os principais desafios institucionais estão relacionados com a dificuldade sócio produtiva local e atrasos no pagamento do PNAE. Cunha *et al.* (2017) também evidenciam como as cooperativas contribuem para o aumento da renda e da diminuição do êxodo rural, destacando a importância do Estado em apoiar as cooperativas e as associações, dada relevância dessas organizações na implementação do PNAE.

Trazendo a discussão para o contexto de um cenário pandêmico e de incertezas com a suspensão das aulas presenciais, os alunos que tinham como garantia a alimentação escolar como fonte nutricional a partir do PNAE, e os agricultores que encontravam no programa uma garantia de renda, viveram tempos de incertezas (RIBEIRO *et. al*, 2020). Com a promulgação da Lei ° 13.987/2020, que Ribeiro *et. al* (2020) analisaram as principais implicações da pandemia para a SAN no Brasil, discutindo as principais implicações na garantia e na promoção desta para famílias em vulnerabilidade socioeconômica, destacando o PNAE como uma estratégia relevante para aplacar a fome e trilhar o caminho da SAN, especialmente em virtude dos desmontes das políticas públicas de proteção social brasileiras.

Os desafios já eram difíceis antes da pandemia e com os desmonte das políticas públicas que a antecederam, como a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), em 2019, fez com que a insegurança alimentar e nutricional aumentasse ainda mais no país. Com a necessidade das medidas de segurança contra a propagação do coronavírus, o acesso a alimentos saudáveis, principalmente os advindos da agricultura familiar ficaram mais difíceis e o escoamento via circuitos curtos de comercialização também foi prejudicado, dificultando o escoamento da produção dos agricultores (RIBEIRO, *et al.*, 2020).

Além disso, Ribeiro *et al.* (2020) ainda explicitam que, as ações governamentais formuladas no modelo “*top-down*” ou “de cima para baixo” acerca da SAN desconsideraram as condições e variedades culturais do país, podendo contribuir ainda mais para um cenário de fome, pior do que antes da pandemia e conseqüentemente excluindo o princípio da universalidade do programa. Ribeiro *et al* (2020) ainda destacam a importância da

reorganização dos sistemas alimentares, de forma de torná-los saudáveis, estimuladores da produção, gerador de empregos, e alavancar o desenvolvimento com adoção de medidas por parte do poder público, que não seja de forma centralizada.

As pesquisas brasileiras que analisaram o PNAE no contexto pandêmico mostram como a agricultura familiar foi afetada de diferentes maneiras. Os principais desafios da agricultura familiar trazidos no estudo de Sousa *et al.* (2021), dizem respeito a dificuldade de escoamento da produção, da comercialização e que medidas adotadas pelos governos e a construção intersetorial para superação desses desafios são essenciais. Sousa *et al.* (2021) enfatizam a necessidade de reestruturação da produção familiar e a distribuição dos alimentos e acreditam que a forma de viabilizar isso é a partir de políticas públicas direcionadas à agricultura familiar e buscar formas alternativas de venda, além do apoio logístico para comercialização.

Os resultados trazidos na pesquisa de Sperandio e Moraes (2021) sobre a ressignificação e o protagonismo do PNAE na pandemia, destacaram como resultado, que as principais mudanças no *modus operandi* do Programa estão associadas às iniciativas desenvolvidas pela gestão local, que ganhou autonomia do governo federal em relação à aquisição e à distribuição dos alimentos e que, a não oferta dos alimentos para todos os estudantes matriculados da rede pública é um dos principais desafios do PNAE durante a pandemia. Os atores que atuam no PNAE – gestores locais, membros do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e demais atores – devem definir melhor a logística de atendimento, para que os princípios e recomendações nutricionais, sanitárias e sociais do Programa sejam amplamente atendidos para que não se torne algo de caráter assistencialista (SPERANDIO; MORAIS, 2021).

Tomando como unidade de análise uma cooperativa agroindustrial, Lobato e Andrioli (2022) analisaram como um grupo de produtores orgânicos e agroecológicos dentro da cooperativa fortaleceu e ainda contribui para o protagonismo das organizações de agricultores familiares e também para a soberania alimentar nos tempos de pandemia. Diferente dos estudos listados anteriormente, de como a pandemia interferiu diretamente no escoamento dos produtos, Lobato e Andrioli (2022) trazem evidências contrárias, mostrando maior preocupação dos consumidores em acessar alimentos mais saudáveis na região e como a cooperativa contribuiu para a organização dos agricultores neste novo cenário.

As cooperativas e associações da agricultura familiar são uma das vias que facilitam a integração a partir das vendas institucionais. No estudo de caso apresentado (LOBATO; ANDRIOLI, 2022), desde a constituição da cooperativa ela vem facilitando a participação das famílias nos programas governamentais, na qual possibilitou maior diversidade e quantidade dos produtos fornecidos, diminuiu os custos logísticos, além da resolução dos processos

administrativos e burocráticos instituídos nesses programas. Lobato e Andrioli (2022) destacam que os gargalos gerados pela pandemia na categoria da agricultura familiar influenciaram diretamente os agricultores que escoavam sua produção em canais curtos de comercialização, trazendo à tona dificuldades de reorganização de estratégias de comercialização, problemas logísticos, organização para a entrega de kits, dentre outros aspectos.

O fato de os agricultores já estarem inseridos em organizações locais, cooperativas e redes de comercialização, reduziu as adversidades em migrar para meios digitais de comercialização e possibilitou o acesso os mercados a partir de aplicativos e plataformas digitais e aumentar suas vendas durante a pandemia (LOBATO; ANDRIOLI, 2022). As cooperativas da agricultura familiar também cumprem papel fundamental, que ficou mais evidente no período de pandemia, atuando como elo entre os atores envolvidos, estimulando o diálogo entre os gestores da Secretaria de Educação e os produtores rurais (SALGADO; DELGROSSI, 2020).

Salgado e Delgrossi (2020) analisaram a execução do PNAE no município de São João d'Aliança-GO no período de pandemia, constando que o município, que antes da pandemia já ultrapassava o mínimo de 30% das aquisições da agricultura familiar, manteve esse percentual a partir da distribuição de kits, devido a continuação da articulação entre os agentes públicos locais e a cooperativa, garantindo renda aos agricultores. Apesar de dificuldades encontradas no início da pandemia, devido à falta de estrutura para manipulação dos alimentos, da dificuldade em manter o fornecimento de alimentos em quantidades regulares e dos obstáculos comunicacionais resultantes do distanciamento social, os aspectos organizacionais da cooperativa melhoraram, considerando que houve uma adequação às normas sanitárias, com a maior utilização das plataformas digitais, facilitando o diálogo entre os agricultores com a cooperativa e a nutricionista responsável pelo PNAE no município (SALGADO; DELGROSSI, 2020)

Quanto às estratégias executadas em período pandêmico, ressalta-se a importância das parcerias institucionais com a agricultura familiar para fortalecer o abastecimento e a atuação local, como também, as organizações que representam os agricultores, uma vez que elas possibilitam benefícios para as partes envolvidas, garantindo o abastecimento alimentar local, a segurança e a soberania alimentar (LOBATO; ANDRIOLI, 2022). Torres *et. al* (2020), mostra como a aquisição emergencial do PNAE na pandemia no estado do Rio Grande do Norte (RN) constituiu em ações determinantes que garantiram que os alimentos chegassem aos alunos mesmo com a suspensão das aulas presenciais, e virou referência nacional na utilização dos recursos advindo do PNAE nas compras institucionais.

Pelo fato de o estado potiguar possuir fortes organizações da sociedade civil, como cooperativas e associações, as ações formuladas pensando em auxiliar essas organizações, contribuíram para o êxito do programa no estado, totalizando a distribuição de kits para estudantes matriculados nas escolas dos 167 municípios do estado; além de constituírem um fator importante para o incremento na renda de 16 cooperativas e 11 associações, destacando que a compra emergencial realizada foi a maior no âmbito da agricultura familiar no RN, totalizando R\$2,8 milhões (TORRES *et. al.*, 2020).

Os resultados trazidos nesta revisão da literatura ressaltam a potencialidade da organização dos agricultores familiares em formato de cooperativas e associações na operacionalização do PNAE e das ações descentralizadas na formulação das estratégias em torno das políticas públicas de fortalecimento e expansão direcionadas ao meio rural. Destacando aqui o papel de uma cooperativa da agricultura familiar, de forma específica, a seguir, os procedimentos metodológicos detalham como foi a realização deste estudo.

### **3. METODOLOGIA**

Esta pesquisa se caracteriza como abordagem qualitativa e estudo de caso, tendo como unidade de análise a Cooperativa dos Produtores e Produtoras da Agricultura Familiar Solidária (COOPAF), localizada na Zona da Mata mineira, na cidade de Muriaé-MG. O estudo de caso se caracteriza por uma investigação empírica que visa investigar um fenômeno contemporâneo em profundidade no seu contexto de mundo real, particularmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não puderam ser claramente evidentes (YIN, 2015).

Além disso, foi realizada uma pesquisa documental, por meio da análise das chamadas pública<sup>2</sup>s referentes ao PNAE, nos sites das prefeituras, para analisar os municípios nos quais a COOPAF realizou as entregas via PNAE, os valores dos contratos aprovados e quais os principais produtos entregues. A análise documental é aquela em que os dados obtidos são estritamente provenientes de documentos, com objetivo de extrair informações neles contidas, a fim de entender um fenômeno (KRIPKA *et al.*, 215). Ademais, a análise documental faz parte da ampla variedade de evidências importantes que podem ser consideradas no estudo de caso (YIN, 2015).

Como forma de coleta de dados, optou-se pela técnica de entrevista semiestruturada, com roteiro previamente elaborado, que possibilitou aos entrevistados aprofundarem e falarem livremente sobre os pontos tratados. A entrevista foi realizada no dia 25 de abril de 2022, às

---

<sup>2</sup> A escolha da COOPAF para o desenvolvimento da pesquisa se deu pelo fato da cooperativa ser referência na execução do programa na Zona da Mata Mineira.

16:00 horas, via *Google meet*, com a participação do autor, da presidente da COOPAF e do diretor financeiro em exercício no momento de realização do estudo. No decorrer da pesquisa, recorreu-se também à utilização de aplicativos de mensagem para obter informações complementares. As questões que orientaram a entrevista encontram-se no apêndice.

A análise de conteúdo foi realizada a partir da entrevista semiestruturada realizada com a presidente e o diretor financeiro da cooperativa, e também das informações levantadas acerca das chamadas públicas referente ao PNAE nos municípios de atuação da mesma, utilizando o método de construção de explanação, que, segundo YIN (2015), tem como principal objetivo, analisar os dados do estudo de caso, na qual o pesquisador visa esclarecer um fenômeno, de forma narrativa, estipulando um conjunto de elos causais em relação a ele.

#### **4. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Essa seção apresenta a discussão e os resultados obtidos por intermédio das análises dos documentos e da entrevista. Foi demonstrado a seguir, os contratos assinados a partir das chamadas públicas que a COOPAF participou durante os anos de 2020 e 2022, especificando os municípios em que a cooperativa comercializou seus produtos pelo PNAE, durante o período. A escolha por esse horizonte temporal de análise remete ao objetivo do estudo, que considerou a atuação da organização em período pandêmico.

A discussão foi realizada por meio da entrevista realizada com a presidenta (Entrevistada 1) e o diretor financeiro (Entrevistado 2) em exercício na COOPAF durante a realização desta pesquisa. Os entrevistados fazem parte da cooperativa desde sua constituição e também participaram da antiga associação de agricultores. O Entrevistado 2 foi presidente da cooperativa entre os anos de 2012 a 2022.

##### **4.1. DESCRIÇÃO DA COOPAF E DA SUA TRAJETÓRIA NO PNAE**

A Cooperativa dos Produtores e Produtoras da Agricultura Familiar (COOPAF) é fruto da associação dos agricultores familiares de Muriaé, localizada na Zona da Mata Mineira, criada em 2001. Por limitações para comercialização, os associados se organizaram para constituir a cooperativa, que foi constituída em 2010 e regularizada juridicamente em 2012. Santos *et. al* (2022) relatam como algumas cooperativas da agricultura familiar surgem primeiramente no formato de associações, e, como o acesso à política pública fortalece a organização para que ela se estruture no formato de cooperativa, gerando interferências no plano local, no aparato administrativo e na atuação de dirigentes de organizações da agricultura familiar.

O acesso ao PNAE se iniciou em 2010, ainda pela associação dos agricultores familiares, que perdurou até 2014. A partir de 2015, devido aos aspectos legais que envolvem a comercialização de produtos pela associação, a COOPAF assume o papel de comercializar via mercados institucionais. O histórico do grupo como associação contribuiu para a continuidade da execução do PNAE enquanto cooperativa, na qual entregam para o PNAE (em formato de cooperativa desde 2015) e atende 18 municípios da região<sup>3</sup>. A fala da Entrevistada 1 destaca esse relato.

“[...]Por termos trabalhados em formato de associação, a gente foi dando sequência, então hoje, na verdade, pela cooperativa, nós temos sete anos, que também estamos trabalhando com PNAE, nós temos sede em Muriaé, mas temos uma abrangência regional, e também, tanto na questão de cooperados, como de entrega desses produtos.” (Entrevistada 1).

Cunha *et al.* (2017) evidenciam como as associações e as cooperativas são essenciais na articulação das políticas públicas de compra institucional de alimentos, dentre outros aspectos, pelos processos de mediação comercial, monitoramento e organização produtiva, representação política e relação institucional. Na visão dos entrevistados, além do PNAE ser uma política pública que contribuiu para o desenvolvimento da cooperativa durante esses anos, por meio da venda dos produtos do cooperado, possui ainda um papel fundamental no que diz respeito à segurança alimentar e alimentação saudável dos estudantes da região, conforme evidencia a Entrevistada 1.

“[...]Se não fosse a política pública, a gente taria hoje no mesmo patamar né, as crianças comendo macarrão, comendo salsicha e tudo mais né. Então é uma política que visou, primeiro né, pensar a questão da alimentação dos alunos, você trazer a questão da segurança alimentar, tentar inserir uma variedade de alimentação e com isso né, você investe na saúde, você tá economizando no recurso público, né, nessas áreas né[...]”. (Entrevistada 1)

De acordo com o relato dos entrevistados, o principal mercado da cooperativa é o mercado institucional, mesmo ela atuando na comercialização de insumos e produtos agropecuários. Segundo eles, a comercialização por mercado institucional chega a aproximadamente 80% a 90 % da renda da cooperativa. A COOPAF vem garantindo que os cooperados tenham uma renda garantida por causa do PNAE, auxiliando na operacionalização do programa, que se mostra sustentável para ambas partes, beneficiando tanto os agricultores como também para o crescimento da cooperativa.

“[...]para a cooperativa também é sustentável, porque a gente trabalha aqui né, porque comé que a gente trabalha aqui: a cooperativa ela comercializa produto

---

<sup>3</sup> Esses municípios são: 1. Além Paraíba, 2. Antônio Prado, 3. Barão de Monte Alto, 4. Eugenópolis, 5. Laranjal, 6. Leopoldina, 7. Miradouro, 8. Mirai, 9. Muriaé, 10. Palma, 11. Patrocínio, 12. Pirapetinga, 13. Recreio, 14. Rosário de Lima, 15. Santana de Cataguases, 16. São Sebastião da Vargem Alegre, 17. Viçosa e 18. Vieiras.

do seu cooperado, só que tem todo uma estrutura, funcionários, a questão operacional, logística e tudo mais, mas pro agricultor, a gente nunca paga menos que o mercado [...]. [...] a cooperativa não vai pagar menos, então você mantém um preço justo com o cooperado, por outro lado, você assume toda essa logística, porque se fosse para de forma individual os agricultores seria inviável, e com isso, você, tem como a cooperativa movimentar no final do ano tem as sobras né, e essas sobras cumprem as suas divisões legais, e vai fazendo aí esse giro né, de fortalecer a cooperativa [...] (Entrevistada 1).

Apesar do PNAE se mostrar uma política pública que vem beneficiando a cooperativa e seus cooperados ao longo desses anos, ao decorrer da implementação do programa, a cooperativa vem se deparando com alguns problemas. Anteriormente à pandemia da Covid-19, a COOPAF já enfrentava problemas ligados ao cumprimento das chamadas públicas por parte das escolas, que solicitam uma quantidade de produto, mas acabam não cumprindo o que foi acordado; e, com isso, a produção que foi planejada acaba ficando estagnada.

Esses resultados corroboram com o estudo realizado no sul do Espírito Santo, que, de acordo com Cruz (2017), os principais desafios encontrados na execução do PNAE na região é que os agricultores se comprometem a produzir aquilo que foi acordado, mas as entidades executoras não cumprem o que foi firmado por meio do contrato com agricultor e suas organizações, e isso interfere na renda e na valorização dos produtos.

Há também uma dificuldade na regularização para comercialização dos produtos semi processados e industrializados, devido à dificuldade da cooperativa em se adequar às normas do Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação, e a cooperativa acaba perdendo mercado por conta disso. De acordo com Cunha (2016), apesar das normas sanitárias serem um processo natural, acabam se tornando uma barreira para venda através do programa, pois a restrição da comercialização resultante do não atendimento dessas normas impede a aquisição de alguns alimentos dos cooperados.

Durante a pesquisa, ainda foi possível identificar evidências que mostram que essa dificuldade também se torna um impasse na comercialização. Como é o caso da Associação de Desenvolvimento Rural e Comunitário do Campo de Aviação, vencedora da chamada pública (nº1063/2020) referente ao PNAE, no município de Ubá, que devido às dificuldades na adequação das normas sanitárias foram inabilitados a cumprir o contrato.

Além disso, problemas que perduram desde antes da pandemia estão relacionados ao cronograma de plantio, da falta de assistência técnica que auxilie a produção dos agricultores e também da falta de pessoas capacitadas por parte do poder público que estão aptas a atuarem no programa. A falta de assistência técnica para prestar serviços de forma contínua para associações e cooperativas da agricultura familiar, assim como dificuldades no planejamento da produção para a entrega ao PNAE é também uma dificuldade relatada no estudo de Santos

*et al.* (2022). A partir da crise da Covid-19, alguns problemas da COOPAF se intensificaram, devido ao período de incertezas para continuação do programa. Esses problemas são relatados a seguir.

#### **4.2. EXECUÇÃO DO PNAE DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19 NA COOPAF**

Anteriormente à pandemia, a COOPAF já enfrentava problemas relacionados à execução do PNAE, que estavam ligadas ao cumprimento das chamadas públicas por parte das escolas, problemas na regularização dos produtos de valor agregado, dificuldades no cronograma de plantio, necessidade de maior assistência técnica e falta de pessoas capacitadas no poder público atuando na gestão do programa, conforme explicitado anteriormente e relatado pelos entrevistados.

No início da pandemia, em março de 2020, a COOPAF vivenciou um período de incerteza em relação ao programa e da continuidade de suas atividades, pelo fato das aulas presenciais terem sido suspensas; pois, como medida contra a propagação do coronavírus, houve a interrupção do programa por quatro meses por parte da cooperativa. No final de março do mesmo ano, outro município da Zona da Mata Mineira, Coimbra, deu início a entrega dos kits com produtos adquiridos via PNAE na região. A partir disso, a COOPAF começou a divulgar a ideia de distribuição de kits; e, posteriormente, foi articulado junto à prefeitura de Muriaé, ainda no mês de março de 2020, sobre a possibilidade da distribuição dos kits, que deu início em julho deste mesmo ano.

Para atender à Lei nº13.987/2020 e garantir que a merenda de alguma forma chegasse aos estudantes, estratégia de distribuição de kits foi adotada em vários municípios brasileiros (PEREIRA *et. al*, 2020; GURGEL *et. al*, 2020; TORRES *et. al*, 2022). A distribuição dos kits durante a pandemia foi essencial para que a COOPAF continuasse suas atividades, como citado pela Entrevistada 1:

“[...]Em 2020, a gente achou que não ia conseguir seguir, se não retornasse e não viesse os kits, porque nossa renda hoje, a cooperativa trabalha com insumos, produtos agropecuários, mas 80% ou 90% da nossa renda ainda é o mercado institucional. Então se não viesse essa questão dos kits, talvez hoje a COOPAF não estaria mais de porta aberta, entendeu?” (Entrevistada 1).

Com a possibilidade de distribuição dos kits, que foram constituídos com os produtos da COOPAF, a cooperativa assumiu outras atribuições além da comercialização, devido ao contexto que necessitava de readequação seguindo as normas sanitárias impostas no período de pandemia, como também da reorganização, diante da nova experiência para distribuição dos kits, que acabou aumentando o trabalho da cooperativa. Além disso, ainda em função das restrições durante o período pandêmico, a cooperativa teve que inovar suas práticas de

comunicação para viabilizar a participação dos cooperados nas atividades, mesmo com o distanciamento social.

Como Lobato e Andrioli (2022) destacam, o fato de os agricultores já estarem inseridos em organizações locais, cooperativas e redes de comercialização, apontaram menor adversidades em migrar para meios digitais de comercialização e conseguiram acessar os mercados a partir de aplicativos e plataformas digitais e aumentar suas vendas durante a pandemia. Devido a necessidade de distanciamento social, a COOPAF teve que interromper todo seu planejamento, oficinas, cursos e reestruturar suas atividades.

A partir desse cenário, a cooperativa se reorganizou para manter a comunicação e relacionamento com os cooperados, optando por se comunicar via aplicativo de mensagens (*whatsapp*) e por telefone, mas que, aqueles agricultores que não possuíam acesso à essas ferramentas foram contatadas pessoalmente, a partir da fala a Entrevistada 1 é possível entender melhor essa situação.

“Nosso principal elo era via *Whatsapp* né, ou senão, por algum acaso, não conseguisse contatar o agricultor, alguém ia lá e fazia o contato pessoalmente né..., mas a maioria foi por telefone ou *Whatsapp*, foi a ferramenta que mais foi usada, e ainda continua né? É uma ferramenta que, por mais que o agricultor não tenha acesso a internet né, móvel, ou a internet direta, o pessoal, a maioria hoje tem o *aparelinho* que mesmo que ele subir no alto do morro a mensagem vai chegar em algum momento do dia né. Então essa foi a forma que a cooperativa encontrou de manter esse contato, foi a principal ferramenta de contato mesmo.” (Entrevistada 1).

Salgado e Delgrossi (2020) também relatam como a maior utilização das plataformas digitais facilitou o diálogo entre os agricultores com a cooperativa e a nutricionista responsável pelo PNAE no município estudado. As compras realizadas pelos municípios nos quais a COOPAF comercializa via PNAE, apresenta, maior volume de produtos vendidos tanto no ano de 2020 quanto em 2021, mas houve uma diminuição da variedade dos produtos comercializados, devido à preocupação com a perecibilidade dos produtos, e, portanto, não conseguiu contemplar todos cooperados, como relata a Entrevistada 1.

“[...] Então foram volumes altos de pedidos desses kits, para a cooperativa foi interessante, porque deu para cumprir todas nossas despesas e ter uma sobra boa né, porém, o nível de variedade foi desafiador, pro agricultor a resposta não foi tão positiva, no sentido que, a gente conseguiu atender menos agricultores, ou seja, o agricultor entregou um volume maior, mas foram menos, porque as verduras não entraram né, os panificados não entraram, foram vários produtos que não entraram nos kits, foi mais o arroz, feijão [...]” (Entrevistada 1).

Apesar da distribuição dos kits ter se mostrado uma alternativa que contribuiu para o escoamento da produção dos cooperados e também uma forma de geração de renda durante a pandemia, foram relatadas dificuldades para a elaboração e distribuição dos kits. Foi

mencionado que as escolas, por exemplo, não possuíam estrutura para elaboração desses kits e, portanto, a estruturação desses kits, como pesagem, separação, ficou a cargo da cooperativa, como relata o Entrevistado 2.

“[...]Eu acho que contribuiu sim, porque tipo assim, escola nenhuma gosta de fazer os kits separados, nós já temos uma estrutura, então já chegava lá os kits prontos, então o que eles tinham que fazer, só comunicar. Se nós não tivéssemos uma cooperativa organizada, eu acho que a prefeitura ia ter muita dificuldade, os colégios estaduais nem se falemos né, porque eles não tem pessoas preparadas para isso [...]” (Entrevistado 2).

Portanto, a COOPAF ainda assumiu um papel importante de atuar como elo de comunicação entre as prefeituras e escolas para darem continuidade às aquisições da agricultura familiar no PNAE, haja vista que, de forma individual, os agricultores teriam mais dificuldades, como citado pela Entrevistada 1.

“[...] Primeiro de tá fazendo contato com o município, com as escolas, e essa questão de bom relacionamento. [...] a gente tem uma equipe boa, que abraçou também a proposta com a gente, e a gente foi eficaz[...] a gente foi pensando em estratégias para atender, então para escolas, a cooperativa conseguiu cumprir esse papel, e pros agricultores, o nosso papel foi esse, buscar caminhos [...]” (Entrevistada 1).

Ademais, alguns agricultores tiveram que buscar outras alternativas para vender seus produtos que não foram contemplados nos kits, como hortaliças e verduras. Com a necessidade das medidas de segurança contra a propagação do coronavírus, o acesso a alimentos saudáveis, principalmente os advindos da agricultura familiar ficaram mais difíceis e o escoamento via circuitos curtos de comercialização também foi prejudicado, dificultando o escoamento da produção dos agricultores (RIBEIRO *et al.*, 2020).

No entanto, no caso da COOPAF, os agricultores que não conseguiram acessar o PNAE por meio da venda de produtos para a composição dos kits, utilizaram de outras alternativas, com o apoio da cooperativa, para comercialização via *delivery* e também de “*porta em porta*”. Apesar da cooperativa não conseguir contemplar esses agricultores na elaboração dos kits, isto não foi um problema para escoar a produção, já que, de acordo com o Entrevistado 2, a procura por alimentos saudáveis aumentou.

“[...]Teve um consumo maior dos consumidores também, acho que o pessoal até para questão de imunidade, as feiras também venderam mais, muita gente passou a vender de porta em porta e isso também contribuiu para escoar um pouco da produção, a gente não teve muito problema de comércio de produção não[...]” (Entrevistado 2).

Lobato e Andrioli (2022) também trazem evidências de maior preocupação dos consumidores em acessar alimentos mais saudáveis e regionais e como a cooperativa estudada contribuiu para a organização dos agricultores neste novo cenário. Logo, percebe-se um cenário

de oportunidades o oferecimento de produtos para os kits da merenda escolar, sendo que a Lei nº 13.987/2020, se mostrou uma medida que contribuiu para a continuidade das atividades da COOPAF, para escoamento da produção, geração de renda para alguns cooperados, como também da garantia a alimentação adequada dos alunos na região. No entanto, a promulgação da referida Lei, por si só, não foi suficiente para atender a todos os cooperados, sendo que alguns utilizaram outras estratégias de venda, como relatado anteriormente.

Nos anos que antecederam a pandemia, a cooperativa conseguia atender 18 municípios da região, mas durante a pandemia, apesar do volume de produtos comercializados ter sido maior, o número de municípios diminuiu, totalizando nove municípios, sendo eles: Além Paraíba, Barão de Monte Alto, Leopoldina, Muriaé, Patrocínio de Muriaé, Pirapetinga, Recreio, Ubá e Viçosa.

Com intuito de aprofundar na execução do PNAE em relação aos produtos comercializados durante o período de pandemia e também o valor comercializado pela cooperativa via programa, foi feita uma pesquisa referente às chamadas públicas realizadas nos anos de 2020, 2021 e 2022. A pesquisa foi realizada nos *sites* das prefeituras dos nove municípios, citados acima; mas foram encontradas as chamadas públicas de seis municípios: Além Paraíba, Leopoldina, Muriaé, Viçosa, Ubá e Recreio. O Gráfico 1 mostra o valor comercializado pela cooperativa nos anos de 2020, 2021 e 2022.

**Gráfico 1:** Comercialização pela cooperativa no ano de 2020, 2021 e 2022.



Fonte: Elaboração própria. Resultados da pesquisa, 2022.

A Tabela 1 mostra os contratos assinados do PNAE relativos à COOPAF no ano de 2020 em quatro municípios nos quais foi possível encontrar esses contratos disponíveis na internet.

**Tabela 1 – Produtos e Valores dos contratos da COOPAF para o ano de 2020**

<b>Município</b>	<b>N.º do contrato</b>	<b>Produtos</b>	<b>Valor contratado</b>
Muriaé	188/2020	Brócolis Japonês	R\$357.176,00
	96/2020		R\$470.035,00
	12/2020		R\$328.301,50
Ubá	1096/2020	Iogurte	R\$83.300,00
Além Paraíba	074/2020	Beterraba; Brócolis; Cebola; Cenoura; Laranja; Repolho e Tomate	R\$71.771,15
Recreio	164/2020	não consta	R\$23.989,00
<b>Valor total dos contratos da COOPAF no ano de 2020</b>			<b>R\$1.334.572,65</b>

Fonte: Elaboração própria. Resultados da pesquisa, 2022.

A partir da pesquisa realizada referente às chamadas públicas e aos contratos assinados pela COOPAF no ano de 2020, ano de início da pandemia e da distribuição dos *kits*, entre os seis municípios que foram encontradas informações sobre as chamadas públicas entre o ano de 2020 a 2022, a cooperativa comercializou para os quatro municípios citados na Tabela 1 um total de R\$1.334.572,65 neste mesmo ano.

No ano de 2021, de acordo com o levantamento, a cooperativa aparece como contratada nas chamadas públicas de cinco municípios, como mostrado na Tabela 2. Apesar do número de municípios atendidos ser maior que no ano anterior e a variedade dos produtos comercializados ser maior, o valor contratado neste ano foi menor que no ano anterior, somando um montante de R\$397.359,94.

**Tabela 2 – Produtos e Valores dos contratos da COOPAF para o ano de 2021**

<b>Município</b>	<b>Nº do contrato</b>	<b>Produtos</b>	<b>Valor contratado</b>
Viçosa	66/2021	Iogurte	R\$39.600,00
Ubá	1045/2021	Cenoura e Iogurte	R\$136.740,00
Leopoldina	021/2021	não consta	R\$75.331,60
Além Paraíba	072/2021	Abóbora; Banana; Batata Doce; Cebola; Cenoura; Inhamé; Mandioca e Tomate	R\$67.249,34
<b>Valor total dos contratos da COOPAF no ano de 2021</b>			<b>R\$397.359,94.</b>

Fonte: Elaboração própria. Resultados da pesquisa, 2022.

De acordo com a pesquisa acerca das chamadas públicas que aparecem a COOPAF como contratada no âmbito do PNAE, o ano de 2021, apesar da cooperativa ter atendido mais municípios em relação ao ano anterior, representou o menor valor comercializado comparado

com os anos de 2020 e de 2022. No ano de 2022, com a retomada das atividades presenciais nas escolas, de acordo com o levantamento realizado e com as informações disponibilizadas em relação às chamadas públicas, o valor comercializado foi maior que no ano anterior, apresentando um total de R\$1.024.435,99. Porém, o número de municípios atendidos foi menor, como mostrado na Tabela 3.

**Tabela 3 – Produtos e Valores dos contratos da COOPAF para o ano de 2022**

<b>Município</b>	<b>Nº do contrato</b>	<b>Produtos</b>	<b>Valor contratado</b>
Muriaé	31/2022	Leite líquido integral	R\$253.960,00
	11/2022	Cebola de cabeça	R\$301.810,00
Viçosa	129/2022	Banana nanica; Banana Prata; Beterraba; Cebola; Cenoura; Feijão vermelho; Inhame, Iogurte; Morango, Repolho e Tomate	R\$268.884,55
	23/2022	Iogurte	R\$35.011,44
Ubá	547/2022	Manteiga	R\$113.950,00
Leopoldina	39/2022	Feijão preto	R\$50.820,00
<b>Valor total dos contratos da COOPAF no ano de 2022</b>			<b>R\$1.024.435,99</b>

Fonte: Elaboração própria. Resultados da pesquisa, 2022.

Vale ressaltar que esses valores e produtos apresentados são para os municípios nos quais foi possível encontrar informações das chamadas públicas na internet. Outro aspecto importante a ser ressaltado, é que, analisando as chamadas encontradas, a COOPAF é a única cooperativa que fornece nos municípios de Viçosa, Muriaé, Ubá, Leopoldina, Além Paraíba e Recreio. Outros empreendimentos coletivos também foram identificados, mas em formato de associação e grupo informal: a Associação dos Agricultores Familiares de São José do Vale do Rio Preto e o Grupo Informal dos Agricultores do Município de Sapucaia, que comercializa através do PNAE para o município de Além Paraíba; a ACAR-Associação de Desenvolvimento Rural e Comunitário do Campo de Aviação, que comercializa para Ubá; Além da Associação dos Pequenos Produtores e Famílias Rurais da Comunidade de Ribeiro Junqueira, que comercializa para os municípios de Recreio e Leopoldina.

Isso mostra a importância da atuação da COOPAF na região da Zona da Mata Mineira como uma organização de agricultores familiares, mas também como uma entidade articuladora do PNAE. A cooperativa assume responsabilidades burocráticas do programa, a comunicação com o poder público e com as escolas, e ainda é responsável pela busca e entrega dos produtos, que é realizado pelos funcionários com veículos disponibilizados pela própria cooperativa, otimizando assim a entrega dos produtos, principalmente para os municípios vizinhos.

Percebe-se que, assim como no estudo de Lobato e Andriolli (2022), desde a sua constituição, a cooperativa vem facilitando a participação das famílias nos programas governamentais, além da resolução dos processos administrativos e burocráticos instituídos nesses programas. A partir das descrições realizadas neste tópico e das constatações dos depoimentos dos dirigentes da cooperativa, dada a especificidade do contexto da pesquisa, com as modificações do programa durante a pandemia, emergiu-se um novo cenário de novos desafios, principalmente na continuação do programa através das distribuições dos *kits*, que se mostrou uma medida alternativa para a continuação das atividades da COOPAF, que mantém no PNAE sua principal fonte de renda.

Por fim, as responsabilidades assumidas pela cooperativa durante este período possibilitaram que se mantivesse a proximidade com os agricultores e com as escolas, e a organização da cooperativa frente a execução do programa na pandemia se mostrou um fator importante para que sua principal fonte de comercialização não fosse prejudicada. Além disso, para os agricultores que não foram incluídos no programa devido à falta de demandas por seus produtos, a COOPAF buscou fontes alternativas para que esses agricultores não fossem prejudicados durante o período pandêmico, especialmente no cenário de suspensão das aulas presenciais.

A realização deste estudo de caso reforça como é importante que a agricultura familiar se organize formalmente em cooperativas para o acesso às políticas públicas. Apesar das dificuldades relatadas, é perceptível o papel que a COOPAF assume de organização e articulação dos agricultores familiares cooperados para o acesso ao PNAE em período pandêmico e não pandêmico. Possivelmente, de maneira individual, os agricultores enfrentariam ainda mais dificuldades para continuar acessando o PNAE quando se depararam com um cenário de incertezas gerado pela pandemia da Covid-19.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho buscou demonstrar como se deu a execução do PNAE por uma cooperativa de agricultores familiares durante a pandemia da Covid-19, através de entrevista e análise das chamadas públicas que a cooperativa aparece entre os anos de 2020 a 2022. Desse modo, ao verificar a execução do PNAE neste período por parte da COOPAF, foi possível identificar, que, apesar da cooperativa ter vivido um período de incertezas no início da pandemia, a distribuição dos *kits* se constituiu uma medida essencial para continuidade das atividades da cooperativa; pois, mesmo ela não conseguindo abranger todos cooperados no programa, possibilitou o escoamento da produção e também a geração de renda para alguns cooperados.

Com base nas informações analisadas, as ações realizadas pela COOPAF durante a pandemia e os papéis assumidos pela cooperativa diante das dificuldades impostas por este contexto, questão que move a pesquisa, ela se comprometeu com outras atividades que vão além da comercialização dos produtos de seus cooperados. Além das questões burocráticas que o programa exige, a cooperativa buscou inovar os meios de comunicação para com o cooperado e as entidades executoras do programa, aderindo aos aplicativos de mensagens que facilitaram a comunicação durante o período pandêmico. Além disso, a COOPAF se comprometeu em realizar todo o processo para elaboração dos kits, como separação e pesagem dos produtos, além da distribuição.

Se tratando das dificuldades encontradas na execução do PNAE pela COOPAF, perduraram problemas que antecederam a pandemia. Questões relacionadas ao descumprimento dos contratos por parte das escolas, carência de assistência técnica que auxilie no planejamento da produção e a dificuldade de adequação às normas sanitárias para comercialização de produtos semiprocessados e industrializados foram identificadas como limitações encontradas pela cooperativa.

Os objetivos propostos no trabalho foram alcançados, no que se refere à compreensão de como a COOPAF se organizou para dar continuidade no programa durante o período de distanciamento social decorrente da pandemia da COVID-19 e como ela desempenhou um papel importante na execução da política pública atuando como elo entre os agricultores familiares e as entidades executoras do programa.

É relevante destacar que, no desenvolvimento desta pesquisa, foram encontradas dificuldades em relação à obtenção de informações das chamadas públicas de alguns municípios de atuação da cooperativa, que não foram disponibilizadas nos *sites* das prefeituras e se tornou um fator limitante da pesquisa.

Considerando a carência de estudos sobre a execução do PNAE durante a pandemia e como as cooperativas atuaram diante do contexto pandêmico, sugere-se analisar como se deu a execução do programa em outros municípios e quais alternativas criadas pelas cooperativas nos diferentes contextos sociais. Além disso, estudos que analisam a implementação do programa a partir da perspectiva das entidades executoras, alunos e familiares, que podem contribuir para traçar distintos contrapontos e limitações acerca do programa. Sugere-se também estudos relacionados de como as cooperativas de agricultores familiares que acessam o PNAE vem utilizando o Fundo de Assistência Técnica e Educacional (FATES) para auxiliar no planejamento da produção e da capacitação dos cooperados acerca das normas sanitárias exigidas pelo programa.

## 6. REFERÊNCIAS

BRASIL. Fome Zero. Uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil. São Paulo: Instituto Cidadania/Fundação Djalma Guimarães; 2001

BRASIL. Lei nº 13.987, de 07 de abril de 2020. **Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para autorizar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica.** Presidência da República, Brasília, 2020. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/113987.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/113987.htm)>. Acesso em: maio de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Histórico do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).** Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-sobre-o-programa/pnae-historico>>. Acesso em: 15 jul. 2022.

Brasil. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. **Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica.** Diário Oficial da União. 2009 [acesso em 2021 jun 23]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm).

COSTA, Bianca Aparecida Lima; AMORIM JUNIOR, Paulo Cesar Gomes; SILVA, Marcio Gomes da. As Cooperativas de Agricultura Familiar e o Mercado de Compras Governamentais em Minas Gerais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 53, n. 1, p. 109-126, mar. 2015.

CUNHA, Wellington Alvim da *et al.* Efeitos dos Programas Governamentais de Aquisição de Alimentos para a Agricultura Familiar em Espera Feliz, MG. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 55, n. 3, p. 427-444, set. 2017.

CUNHA, José Arthur Rodrigues Gomes. **OS ALIMENTOS OFERTADOS PELO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) NO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU, NO PERÍODO DE 2016-2022: DESAFIOS E PERSPECTIVAS.** 2022. 48 f. TCC (Graduação) - Curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2022.

FAO faz alerta sobre o impacto do COVID19 na alimentação escolar na América Latina e no Caribe. **Organisation des Nations Unies pour l'alimentation et l'agriculture**, Roma, p. 1-2, 18 mar. 2020. Disponível em: <https://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/fr/c/1267025/>. Acesso em: 21 ago. 2021.

GURGEL, Aline do Monte *et al.* Estratégias governamentais para a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável no enfrentamento à pandemia de Covid-19 no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Recife, v. 25, n. 12, p. 4945-4956, dez. 2020.

KRIPKA, Rosana *et al.* Pesquisa Documental: considerações sobre conceitos e características na Pesquisa Qualitativa. **Atas – Investigação Qualitativa na Educação**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 243-247, 2015.

LEITE, Maria Laís dos Santos; LEITE, Jáder Ferreira. (In)segurança alimentar e agricultura familiar: políticas públicas como estratégia de superação da fome. **Revista Katálysis**, [S.L.], v. 25, n. 3, p. 528-538, 2022.

LOBATO, Camila Carneiro; ANDRIOLI, Antônio Inácio. Agricultura familiar, políticas públicas e os impactos frente à pandemia do coronavírus (COVID-19): o caso da cooperativa agroindustrial 8 de junho- coperjunho. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 17, n. 1, p. 20-39, 2022.

MOREIRA, Isabela *et al.* Papéis e desafios das cooperativas da agricultura familiar no processo de implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar em cidades de MG. **Espacio Abierto**, Venezuela, ano 2021, v. 30, n. 3, p. 1-33, 2021.

OMS afirma que COVID-19 é agora caracterizada como pandemia. **Organização Pan-Americana da Saúde**, São Paulo, p. 1-3, 11 mar. 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/news/11-3-2020-who-characterizes-covid-19-pandemic>. Acesso em: 28 ago. 2021.

PEREIRA, Alessandra da Silva *et al.* Desafios na Execução do Programa Nacional De Alimentação Escolar durante a Pandemia pela COVID-19. **Brazilian Journal Of Development**, Curitiba, v. 6, n. 8, p. 63268-63282, 2020.

RIBEIRO, Rita *et al.* Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**, Salvador, 2020, v. 25, n. 9, p. 1-10, 2020.

SALGADO, Bárbara Teles; DELGROSSI, Mauro Eduardo. Segurança alimentar e PNAE. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 29, n. 2, p. 1-12, 2022.

SANTOS, Luana Ferreira dos; SOUSA, Washington José de; FERREIRA, Marco Aurélio Marques; RAMOS, Anátalia Saraiva Martins. Gestão de associações e cooperativas da agricultura familiar na implementação do programa nacional de alimentação escolar em territórios rurais. **Gestão & Regionalidade**, v. 38, n. 114, p. 287-304, 2022.

SILVA, Rita de Cássia *et al.* Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 9, p. 3421-3430, 2020.

SOUSA, Diego Neves de; JESUS, Maria Eduarda Ribeiro de. Monitoramento de notícias divulgadas na mídia em tempos de pandemia da covid-19 e sua relação com a agricultura familiar do Tocantins. **Holos**, Natal, v. 1, n. 2, p. 1-16, 15 jun. 2021.

SPERANDIO, N.; MORAIS, D. de C. Alimentação escolar no contexto de pandemia: a ressignificação e o protagonismo do Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, SP, v. 28, n. 00, p.021006, 2021.

TRICHES, Rozane Márcia; SCHNEIDER, Sérgio. Reconstruindo o “elo perdido”: a reconexão da produção e do consumo de alimentos através do Programa De Alimentação Escolar no município de Dois Irmãos (RS). **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, SP, v. 17, n. 1, p. 1–15, 2015.

TORRES, Janine *et al.* Aquisição emergencial do programa nacional de alimentação escolar (PNAE), no Rio Grande do Norte (RN), e sua importância para o fortalecimento da agricultura familiar. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Rio Grande do Norte, ano 2022, v. 15, ed. 4, p. 209-219, 2021.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

## **Apêndice – Roteiro das entrevistas**

- 1) Como iniciou a trajetória de vocês na COOPAF?
- 2) Como a organização deu início ao acesso ao PNAE?
- 3) E como se deu o acesso ao programa durante a pandemia? Quais dificuldades? Como a cooperativa pode ser potencializadora do programa?
- 4) Como foi realizada a comunicação cooperativa/agricultores durante a pandemia, devido ao distanciamento social?
- 5) Como o formato organizacional da cooperativa pode ter contribuído para melhor implementação e execução do PNAE durante a pandemia? Seja para organizar a demanda, se relacionar com o pessoal da prefeitura, das escolas.
- 6) Falando um pouco mais sobre o PNAE e suas vantagens e oportunidades que o programa pode trazer, quais contribuições o programa tem para a agricultura familiar, para o associativismo, cooperativismo?
- 7) Quais as principais dificuldades vocês encontram no PNAE?
- 8) Como é realizada essa logística de entrega de produtos da cooperativa para os municípios? É veículo da cooperativa? É feito pela cooperativa?